Artigo 119 Código Penal Comentado: Interrupção da Prescrição em Concursos de Crimes

escrito por Dr. Ademilson Carvalho | 08/01/2025



O Artigo 119 do Código Penal aborda a prescrição no contexto do concurso de crimes. **A extinção da punibilidade incide isoladamente sobre a pena de cada crime, mesmo quando estão interconectados**, como em casos de crime continuado ou concurso formal ou material. Esta especificidade garante que a prescrição de um crime não afete a de outros, promovendo uma análise individual de cada infração.

Prescrição é um conceito central no direito penal, e entender as causas interruptivas é crucial para o sistema jurídico. Essas causas reiniciam a contagem do prazo prescricional, o que demonstra o empenho do Estado em exercer seu poder punitivo de forma efetiva. No artigo 117 do Código Penal, observam-se as condições que impactam diretamente a contagem da prescrição, como indicado em examplos de causas interruptivas.

Além disso, a abordagem sobre como a extinção de punibilidade interage com casos de concurso de crimes reflete uma crescente análise jurisprudencial. Em cenários de crimes cometidos em continuidade, a prescrição é regulada pela pena imposta na sentença, não contabilizando aumento pelo número de crimes. A

interpretação desses fatores é vital para advogados e acadêmicos que buscam compreender a importância da prescrição no direito penal contemporâneo.

Pontos Importantes

- A punibilidade é extinta individualmente para cada crime.
- Causas interruptivas reiniciam a contagem da prescrição.
- Importância crucial da prescrição no concurso de crimes.

Contexto do Artigo 119 do Código Penal

O **Artigo 119** do Código Penal Brasileiro trata da extinção da punibilidade no caso de concurso de crimes. Esse artigo estabelece que a extinção da punibilidade incidirá sobre a pena de cada delito, individualmente considerado.

No contexto de concurso de crimes, é importante compreender como as penas são aplicadas separadamente. A aplicabilidade deste artigo permite que cada crime seja analisado de forma isolada, garantindo a aplicação da punição adequada para cada ato criminoso envolvido.

As causas interruptivas da prescrição são uma parte crítica na análise de como a extinção de punibilidade opera. De acordo com o Artigo 117, a prescrição pode ser interrompida em casos como o recebimento da denúncia ou a sentença condenatória.

Esse mecanismo legal é essencial para a justiça penal, pois assegura que a contagem dos prazos prescricionais seja conduzida de maneira justa e eficaz. Ao reconhecer cada crime sob uma luz independente, o sistema judicial oferece uma abordagem mais estruturada e legalmente sólida ao tratamento de múltiplos crimes.

Conceito de Prescrição



A prescrição no direito penal é um mecanismo jurídico que assegura o não prosseguimento da punição após um determinado prazo. Ela protege os indivíduos contra ações eternas, assegurando que a justiça seja aplicada em um tempo razoável.

Definição de Prescrição

Prescrição é o instituto que extingue a pretensão punitiva do Estado devido ao decurso de tempo. No âmbito penal, isso significa que, após um certo período, o Estado perde o direito de executar uma condenação ou de processar o réu por infrações cometidas.

Este conceito não só estabelece limites temporais para o exercício da ação penal, mas também estipula prazos para a manutenção de uma condenação. Assim, a prescrição promove a estabilidade jurídica e evita a perpetuação das incertezas judiciais.

Elementos principais para o cálculo da prescrição incluem o tipo de crime cometido, a idade do réu e a pena aplicável.

Cada um desses fatores influencia diretamente o tempo necessário para que ocorra a prescrição. A observação destes elementos é fundamental para garantir a correta aplicação da lei.

Finalidade da Prescrição

A prescrição serve para garantir que o Estado exerça seu poder punitivo de forma ágil e em tempo razoável. Ela impede o prolongamento indefinido de processos e execuções penais, assegurando que a sociedade veja resultados concretos em tempo hábil.

Além disso, busca preservar o direito dos acusados a um julgamento justo e célere. Manter ações judiciais ad infinitum pode resultar em provas deterioradas e memórias frágeis, comprometendo a defesa.

A prescrição também visa equilibrar o direito de punir do Estado com os direitos individuais dos cidadãos, prevenindo abusos e garantindo que o processo penal respeite prazos justos e eficazes. Esse equilíbrio é crucial para a justiça no sistema penal.

Causas Interruptivas da Prescrição

O Artigo 117 do Código Penal define situações que interrompem a contagem do prazo prescricional, reiniciando o cálculo do mesmo. Poder entender essas causas é essencial para compreender como a prescrição penal impacta a aplicabilidade das penas.

Tipos de Causas Interruptivas

As causas interruptivas são definidas para assegurar que o processo penal possa ser reiniciado mesmo depois de algumas ações judiciais. **Recebimento da denúncia ou queixa** marca o momento em que o processo criminal oficialmente começa. Outros

momentos críticos incluem a **pronúncia** e a **decisão confirmatória da pronúncia**, que são etapas processuais importantes após o recebimento da denúncia.

A **publicação de sentença** ou **acórdão condenatórios recorríveis** também interrompe a contagem da prescrição, um passo que pode ocorrer após o julgamento. Além disso, o início ou continuação da **execução da pena** é outro ponto onde a prescrição é interrompida, assegurando que a pena possa ser aplicada sem limitações de tempo injustificadas.

Efeitos das Interrupções

Quando uma causa interruptiva ocorre, toda a contagem do prazo prescricional começa novamente a partir do dia seguinte ao fato interruptivo. Isso é significativo pois zera o tempo transcorrido anteriormente, prolongando a possibilidade de execução penal. Por exemplo, após o recebimento da denúncia, todo o período já passado não será mais considerado.

Esse procedimento legal protege o interesse público em responsabilizar legalmente os autores dos crimes, evitando que tecnicalidades ou atrasos judiciais permitam a extinção da punibilidade de maneira inadequada. Portanto, as causas interruptivas servem como um mecanismo essencial para garantir a continuidade e completude dos processos judiciais.

Prescrição no Concurso de Crimes

A prescrição no contexto do concurso de crimes requer uma análise específica. Deve-se considerar a individualidade de cada delito na determinação dos prazos prescricionais, conforme estipula o artigo 119 do Código Penal. Isso significa que cada crime, ainda que praticado em conjunto com outros, tem seu prazo de prescrição calculado de forma independente.

Entendimento do Concurso de Crimes

O concurso de crimes ocorre quando um mesmo agente comete dois ou mais delitos, podendo ser em concurso material, formal ou de continuidade delitiva.

No **concurso material**, os crimes são praticados de forma independente, cada um gerando consequência penal distinta. No **concurso formal**, uma única ação ou omissão resulta em dois ou mais crimes. Já no **crime continuado**, crimes da mesma espécie são cometidos em continuação, como se fossem uma única infração.

Segundo o artigo 119 do Código Penal, a prescrição é aplicada individualmente a cada crime no concurso. Essa determinação evita que um crime prescrito influencie na prescrição de outro, mesmo em casos de conexidade.

Aplicação da Prescrição em Casos Concretos

Aplicar a prescrição em casos concretos de concurso de crimes envolve identificar a pena imposta para cada crime individualmente. O cálculo da prescrição deve ser baseado na pena individual e não no somatório das penas no conjunto dos crimes cometidos.

Por exemplo, se um réu é condenado por dois furtos, cada um com uma pena de quatro anos, a prescrição é calculada separadamente para cada delito. Assim, mesmo que os crimes sejam julgados simultaneamente, a prescrição para cada um é independente, como explicado em estudos jurídicos. Esta abordagem assegura que cada crime receba a devida consideração dentro do processo penal.

Extinção da Punibilidade



A extinção da punibilidade refere-se à cessação do direito do Estado de impor a pena a um indivíduo, podendo ocorrer por várias razões como morte do agente, anistia ou prescrição. Em casos de concurso de crimes, essa extinção incide de maneira individual sobre cada pena.

Conceitos e Aspectos Gerais

Extinção da punibilidade se refere ao fim do poder estatal de punir o infrator. Ela ocorre por diversos motivos, como a morte do agente, que interrompe o processo penal. Outros motivos incluem anistia, graça ou indulto, que são atos de clemência que perdoam penas, e retroatividade de lei que desconsidera a criminalidade de um fato.

O Artigo 107 do Código Penal exemplifica várias condições que levam à extinção. Não abrange totalmente os casos possíveis, sendo que outras leis podem prever situações específicas. A prescrição também é uma causa comum, ocorrendo quando o Estado perde o prazo legal para punir.

Incidência sobre a Pena Individualizada

No concurso de crimes, a extinção incide isoladamente sobre cada pena. Isso significa que, embora um crime possa ter sua pena extinta, outros crimes cometidos simultaneamente por um indivíduo podem não ser afetados. Essa individualização garante que cada delito seja tratado em sua especificidade.

Por exemplo, se um dos crimes prescrever, a extinção da punibilidade se aplica apenas àquele delito, não interferindo nas penas dos outros crimes. A prescrição penal pode ser calculada de forma distinta para cada crime, promovendo precisão na administração da justiça e consideração pelas circunstâncias únicas de cada caso.

Análise Jurisprudencial

A análise jurisprudencial do Artigo 119 do Código Penal revela nuances importantes no tratamento dado à prescrição em casos de concurso de crimes. As decisões judiciais oferecem insights sobre como diferentes situações são abordadas, destacando tanto casos emblemáticos quanto a evolução do entendimento jurídico.

Casos Emblemáticos

Casos emblemáticos frequentemente surgem nos tribunais, destacando situações em que a aplicação da prescrição tem sido debatida intensamente. Por exemplo, em julgamentos que envolvem coautoria, a questão de interrupção da prescrição pode levar a diferentes interpretações sobre quando se considera que o prazo prescritivo é reiniciado. Um entendimento comum é que, no caso de coautoria, o recebimento da denúncia interrompe a prescrição para todos os envolvidos, o que demonstra a complexidade e a importância do contexto específico de cada caso.

Outro caso relevante diz respeito à aplicação de sentenças

confirmatórias. Ocorre que, após a publicação, há uma interrupção do prazo prescritivo, trazendo à tona a necessidade de uma análise detalhada do momento processual para garantir a correta aplicação do instituto.

Evolução do Entendimento Jurídico

A evolução do entendimento jurídico sobre o Artigo 119 revela uma trajetória de ajustes e reforço de conceitos ao longo do tempo. As decisões dos tribunais superiores têm contribuído para uma maior clareza no tocante às interrupções da prescrição. Por exemplo, o tratamento dado a decisões condenatórias tem sido reiterado para afirmar que tais sentenças, mesmo que recorríveis, interrompem a prescrição.

Adicionalmente, ajustes legislativos, como o implementado pela Lei 11.596 de 2007, reforçam a necessidade de que o acórdão que confirma a sentença também é considerado um marco interruptivo. Este contínuo processo de evolução evidencia a busca por uma aplicação justa e precisa do direito penal, respondendo a complexidades práticas que emergem no julgamento de crimes com características distintas.

Procedimentos Relacionados

No contexto do **Artigo 119 do Código Penal**, é importante compreender os procedimentos legais que devem ser seguidos. Quando ocorre um concurso de crimes, cada crime deve ser avaliado de forma independente, resultando em penas aplicadas individualmente.

O início desses procedimentos geralmente envolve a fase de investigação, onde são coletadas evidências que suportam cada acusação. Uma vez concluída a investigação, o Ministério Público pode decidir apresentar uma denúncia formal para instauração do processo penal.

O recebimento da denúncia é um marco crucial, pois, conforme o

Artigo 117 do Código Penal, constitui uma das causas interruptivas da prescrição. Além disso, cada estágio subsequente, como a pronúncia e a publicação da sentença, representa pontos de interrupção na contagem do prazo prescricional.

Os procedimentos também devem garantir que os direitos do acusado sejam respeitados. Isso inclui o direito a um julgamento justo, com a apresentação de defesa e produção de provas em audiência.

Se houver condenação, as penas são executadas conforme cada sentença específica, independentemente de os crimes serem conexos ou continuados. A execução da punição leva em conta a prescrição da pena relacionada a cada crime específicos, um aspecto fundamental discutido em detalhes no comentário ao Artigo 119.

Assim, procedimentos relacionados são essenciais para garantir que a justiça seja aplicada de forma equitativa e eficaz, respeitando os direitos processuais e substantivos de todas as partes envolvidas.

Importância para o Direito Penal



O **Artigo 119** do Código Penal possui um papel crucial ao abordar o concurso de crimes. Ele especifica que a extinção da punibilidade afeta cada delito individualmente. Isso garante que cada crime seja avaliado pelo seu próprio mérito sem interferir nos resultados dos outros.

Essa abordagem é essencial para a *justiça equitativa*. Ao determinar que a prescrição é aplicada de forma isolada, o Código Penal assegura que crimes cometidos em concurso—ainda que conexos ou continuados—são tratados de maneira justa e imparcial. Isso evita que a prescrição de um crime influencie indevidamente outro.

Além disso, ao aplicar *causas interruptivas e suspensivas*, como mencionado em propostas do Supremo Tribunal Federal, o Código Penal reforça a capacidade do sistema de justiça em realizar uma análise minuciosa e adaptável das circunstâncias de cada caso. Este procedimento é abordado em outras publicações como a revista do Ministério Público Militar.

Pontos-chave:

- A prescrição não afeta os crimes de forma conjunta.

- Os crimes são analisados individualmente, garantindo um processo justo.
- Instrumentos legais adicionais contribuem para a adaptabilidade e precisão no julgamento.

Essa estrutura fornece uma base sólida para a prática jurídica no Brasil, promovendo a responsabilidade individual e a meticulosidade nas decisões judiciais.

FAQ

As questões envolvendo a prescrição no Código Penal incluem fatores que interrompem o prazo de prescrição e a adição de penas em casos de concurso de crimes. As nuances jurídicas do Art. 109, 115 e 120 influenciam diretamente o cálculo dos prazos prescricionais.

Quais as principais causas interruptivas da prescrição previstas no Código Penal Brasileiro?

As principais causas interruptivas da prescrição são a publicação da sentença ou acórdão recorríveis e o recebimento da denúncia. Esses eventos reiniciam o prazo prescricional, conforme estipulado no Código Penal Brasileiro.

Como o concurso de crimes afeta o cálculo da prescrição da pena no âmbito penal?

No caso de concurso de crimes, cada pena é considerada isoladamente para efeitos de prescrição. Isso implica que a extinção da punibilidade pode ocorrer individualmente para cada crime, conforme artigo específico do Código Penal.

De que forma o Art. 109 do CP influencia o prazo prescricional?

O Art. 109 do Código Penal define os prazos prescricionais baseados na pena prevista ou aplicada, influenciando diretamente quanto tempo a pretensão punitiva pode ser exercida antes que ocorra a prescrição.

Qual a diferença entre prescrição e decadência no contexto do Direito Penal?

A prescrição é a perda do direito de punir do Estado por inatividade durante um período determinado, enquanto a decadência se refere à perda do direito de ação penal. Estes conceitos têm implicações distintas na continuidade do processo penal.

Quais são as mudanças trazidas pelo Art. 120 do CP quanto à prescrição?

O Art. 120 do Código Penal estabelece normas específicas que podem impactar o cômputo do prazo prescricional, principalmente em situações que envolvem mudanças na pena ou modificações legais que afetam os direitos do réu.

Em quais circunstâncias o Art. 115 do CP pode reduzir o prazo prescricional?

O Art. 115 prevê a redução do prazo prescricional pela metade para quantos tenham, ao tempo da sentença, idade igual ou superior a 70 anos. Essa disposição visa adaptar o direito penal às circunstâncias pessoais do réu.